



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS**  
ACNO 11 (103 Norte) - Rua NO 11 COM AV. NS 01 - Bairro CENTRO - CEP 77001-036 - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>  
CONJ 03 LOTE 2

## **Edital N° 249 / 2019 - ESMAT/DGESMAT/DEESMAT**

EDITAL n° 075, de 2019 – SEI N° 19.0.000026243-1

O diretor geral da Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT), no uso de suas atribuições, dispõe sobre as normas gerais para ingresso e participação no curso **FÓRUM JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE – TOCANTINS** –, a se realizar no dia **6 de setembro de 2019** – modalidade presencial e **dia 10 de setembro** – modalidade EaD (com transmissão via internet), mediante as condições determinadas neste Edital e nos demais dispositivos legais aplicados à espécie, conforme segue:

### **1. DADOS GERAIS**

**Curso:** Fórum Judicialização da Saúde – Tocantins.

**Objetivo:** Sensibilizar os profissionais da saúde e operadores do direito que atuam direta ou indiretamente com o Sistema Único de Saúde (SUS) e com a judicialização das ações e serviços da saúde pública, fomentando a interlocução entre si. Destacar a importância da desjudicialização como um canal de aprimoramento da ação estatal.

**Período de Inscrições:** As inscrições ocorrerão no período de 15/8/2019 a 5/9/2019.

**Inscrições:** Serão realizadas, via *web*, no endereço eletrônico [www.tjto.jus.br/esmat](http://www.tjto.jus.br/esmat).

**Públicos-Alvos:** Magistrados e servidores do Poder Judiciário Tocantinense e comunidade em geral.

**Carga horária:** 8 horas

**Modalidade:** Presencial

**Local: Presencial:** Auditório do Tribunal de Justiça

**EaD:** Transmissão via internet – para as 41 Comarcas do interior

**Valor do curso, custeado pela Esmat, por aluno:** O valor do curso será calculado após a conclusão das atividades, considerando-se os critérios de horas-aula, passagens, hospedagem e alimentação dos instrutores.

### **2. VAGAS**

2.1 Quantidade de Vagas: 1.000 vagas, sendo 400 em Palmas e 600 distribuídas nas 41 comarcas.

### **3. PRÉ-REQUISITOS**

3.1 Serem magistrados do Poder Judiciário Tocantinense;

3.2 Serem servidores do Poder Judiciário Tocantinense;

3.3 Serem da comunidade em geral.

#### 4 FREQUENCIA E AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

4.1 Os alunos inscritos e matriculados deverão participar das atividades, no dia 6 de setembro de 2019, a serem desenvolvidas na modalidade presencial;

4.2 A frequência será computada por meio eletrônico, na entrada e na saída de cada período, com tolerância de quinze minutos;

4.3 Só receberão certificado de conclusão os alunos que obtiverem frequência igual ou superior a 75% de aproveitamento;

4.4 Todas as atividades desenvolvidas no Ambiente Virtual serão avaliadas pelos professores-orientadores, as quais servirão de respaldo para a certificação dos concluintes;

4.5 Os magistrados convocados através de decisão constante nos autos do SEI nº 19.0.000024477-8, e necessitarem de deslocamento poderão solicitar diárias pelo Egesp.

#### 5. CONTEUDO PROGRAMÁTICO

<b>Data</b>	<b>Programação</b>	<b>Estrutura</b>
<b>6/9/2019</b> (presencial)	8h30	Credenciamento
<b>10/9/2019</b> (EaD via internet)	Das 9h	<b>SOLENIDADE DE ABERTURA</b>  Desembargador Helvécio de Brito Maia Neto - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins:  Conselheiro Arnaldo Hossepian - Conselho Nacional de Justiça:  Conselheiro Severiano Costandrade de Aguiar - Presidente do Tribunal de Contas do Estado:  Desembargador João Rigo Guimarães - Corregedor Geral da Justiça  Desembargador Marco Villas Boas - Diretor da Esmat  Procurador José Omar de Almeida Júnior - Procurador Geral da Justiça

Procurador Nivair Vieira Borges - Procurador Geral do Estado

Secretário Luiz Edgar Leão Tonili - Secretaria Estadual da Saúde

Defensor Fábio Monteiro dos Santos - Defensor Público Geral:

Das 9h15 às 10h	Tema	<b>Conferência de Abertura: Avanços do Conselho Nacional de Justiça no Tocante à Judicialização da Saúde Pública.</b>
	Professor	<b>Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior</b>
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Judicialização da Saúde;</li> <li>• O trabalho do Conselho Nacional de Justiça nos processos de saúde;</li> <li>• Os avanços alcançados pelo Conselho Nacional de Justiça na efetividade relativa às demandas judiciais que objetivam prestações de saúde.</li> </ul>
	Metodologia	Será realizada <a href="#">palestra</a> à luz dos princípios da andragogia com exposição oral participativa, de modo que facilite a retenção dos conteúdos pertinentes ao tema.
	Carga Horária	45 m

Das 10h às 10h50	Tema	<b>Palestra I: Aplicabilidade das Teses do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal nas Demandas de Saúde Pública.</b>
	Professor	<b>Renato Luís Dresch</b>
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Análise da Jurisprudência dos Tribunais Superiores</li> </ul>

	Metodologia	Será realizada <a href="#">palestra</a> à luz dos princípios da andragogia com exposição oral participativa, de modo que facilite a retenção dos conteúdos pertinentes ao tema.
	Carga Horária	50 m
10h50 às 11h40	Tema	<b>Palestra II: A Judicialização da Saúde Pública à Luz dos Principais Enunciados da III Jornada do Conselho Nacional de Justiça</b>
	Professor	<b>João Pedro Gebran Neto</b>
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> <li>Principais Enunciados da III Jornada de Direito da Saúde do Conselho Nacional de Justiça à Luz das Evidências Científicas.</li> </ul>
	Metodologia	Será realizada <a href="#">palestra</a> à luz dos princípios da andragogia com exposição oral participativa, de modo que facilite a retenção dos conteúdos pertinentes ao tema.
	Carga Horária	50 m
Das 11h40 às 12h30	Tema	<b>Palestra III: Consequências do Descumprimento das Ordens Judiciais nas Decisões da Saúde Pública</b>
	Professor	<b>Oswaldo José Barbosa da Silva</b>
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> <li>O papel do judiciário na efetivação do direito à saúde.</li> </ul>
	Metodologia	Será realizada <a href="#">palestra</a> à luz dos princípios da andragogia com exposição oral participativa, de modo que facilite a retenção dos conteúdos pertinentes ao tema.

Carga Horária 50 m.

### INTERVALO PARA ALMOÇO

Das 14h30 às 15h20	Tema	<b>Painel I: Tipos de Judicialização da Saúde: criminosa, má judicialização e a necessária.</b>
	Professor	<b>Arthur Pinto Filho</b>
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"><li>• Questões gerais do Sistema Único de Saúde (SUS) e seus problemas principais, indicando as possibilidades de judicialização;</li><li>• As questões que dificultam o Sistema Único de Saúde (SUS);</li><li>• Questões que estão em absoluta consonância com os princípios do Sistema Único de Saúde (SUS).</li></ul>
	Metodologia	Será realizada <a href="#">palestra</a> à luz dos princípios da andragogia com exposição oral participativa, de modo que facilite a retenção dos conteúdos pertinentes ao tema.
	Carga Horária	50 m

Das 15h20 às 16h10	Tema	<b>Painel II: Conceito de integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e a Legislação Sanitária.</b>
	Professor	<b>Lenir Santos</b>
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"><li>• Integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS)</li><li>• Legislação Sanitária</li></ul>
	Metodologia	Será realizada <a href="#">palestra</a> à luz dos princípios da andragogia com exposição oral participativa, de modo que facilite a retenção dos conteúdos pertinentes ao tema.

		Carga Horária	50 m
Das 16h20 às 17h10	Tema	<b>Painel III: Impacto Orçamentário das Decisões Judiciais e Ameaça da Sustentabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS)</b>	
	Professor	<b>Élida Graziane Pinto</b>	
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> <li>• O direito à saúde e orçamento público</li> <li>• Sustentabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS)</li> </ul>	
	Metodologia	Será realizada <a href="#">palestra</a> à luz dos princípios da andragogia com exposição oral participativa, de modo que facilite a retenção dos conteúdos pertinentes ao tema.	
	Carga Horária	50 m	

17h10 às 18h	Tema	<b>Painel IV: Prática dos Comitês de Saúde e NatJus Estadual.</b>	
	Professoras	<b>Luciana Veiga Oliveira</b>  <b>Milene de Carvalho Henrique</b>	
	Conteúdo Programático	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Núcleos de Apoio Técnico ao Judiciário (NAT-JUS): diálogos interinstitucionais dentro do processo judicial, jurisprudência e legislação.</li> </ul>	
	Metodologia	Será realizada <a href="#">palestra</a> à luz dos princípios da andragogia com exposição oral participativa, de modo que facilite a retenção dos conteúdos pertinentes ao tema.	
	Carga Horária	50 m	

## 5.1 PROFESSORES

**Nome** **Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior**

**Síntese do Currículo**

Mestre em Direito Penal, pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP), 2004, Especialista em Direito Penal, pela Universidade de São Paulo (USP), 1988, Bacharel em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), 1983, Membro do Ministério Público do Estado de São Paulo, desde 1987, Professor de Direito Penal e Processo Penal na faculdade de Direito da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), desde 2001. Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, biênio 2015-2017. Supervisor do Comitê Nacional do Fórum da Saúde – Portaria nº 08, de fevereiro de 2016. Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, em recondução, biênio 2017-2019. Membro eleito do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, 2014-2015. Subprocurador-Geral de Justiça de Relações Externas na gestão do Procurador-Geral de Justiça Marcio Fernando Elias Rosa. 2012-2015. Secretário Adjunto da Secretaria de Segurança Pública em São Paulo, 2010-2011. Membro eleito do Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça, 2010-2011. Integrante da Assessoria do Procurador-Geral de Justiça Fernando Grella Vieira, 2011-2012. Procurador de Justiça, 2009. Integrante da Assessoria do Procurador-Geral de Justiça Fernando Grella Vieira, 2009-2010. Responsável pela investigação do desabamento em obras do metrô paulistano, em acidente que vitimou sete pessoas e resultou em denúncia, com processo em andamento. 2007. Integrante da Assessoria do Procurador-Geral de Justiça do Estado de São Paulo Rodrigo César Rebello Pinho, 2004-2007. Publicações: *A invasão Incondicional da Lei Penal e o Direito Administrativo Sancionador como Mecanismo de Legitimação e Controle do Poder Punitivo do Estado*. In: *Direito Administrativo Sancionador*. São Paulo: Quartier Latin, 2014; *Persecução Penal – A Justiça Restaurativa como forma de Solução de Conflitos Decorrentes de Práticas de crimes*. In: *Mediação – Medidas Alternativas para Resolução de Conflitos Criminais*. São Paulo: Quartier Latin, 2013.

**Nome** **Élida Graziane Pinto**

**Síntese do Currículo**

Graduada em Direito, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2001. Graduada em Administração Pública, pela Escola de Governo da Fundação João Pinheiro, 2001. Doutora em Direito, pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), 2006. Pós-Doutora em Administração, pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas da Fundação Getúlio Vargas (EBAPE/FGV), 2010. Foi professora de Direito Administrativo e Direito Financeiro da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e servidora da carreira de especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental (EPPGG) do Estado de Minas Gerais. Atualmente é professora adjunta de

Direito Administrativo do UNIFEMM e procuradora do Ministério Público de Contas do Estado de São Paulo. Experiente na área de Direito, com ênfase em Direito Financeiro, atuando principalmente nos seguintes temas: *Financiamento de Direitos Fundamentais; Orçamento Público; Políticas Públicas; Dívida Pública; e Controle da Administração Pública*. É autora dos livros &quot;*Financiamento de direitos fundamentais: políticas públicas vinculadas, estabilização monetária e conflito distributivo no orçamento da União do pós-Plano Real*&quot; e &quot;*Financiamento dos direitos à saúde e à educação: uma perspectiva constitucional*&quot;.

<b>Nome</b>	<b>João Pedro Gebran Neto</b>
-------------	-------------------------------

<b>Síntese do Currículo</b>	Graduado em Direito, pela Faculdade de Direito de Curitiba, 1988. Mestre em Direito, pela Universidade Federal do Paraná, 2001. Doutor <i>honoris causa</i> , pela Faculdade EMESCAM, 2017, em Direito à Saúde. Desembargador Federal – Tribunal Regional Federal da 4ª Região, desde 2013, julgando processo em matéria criminal. Integrante do Comitê Executivo Nacional do Fórum Nacional da Saúde do Conselho Nacional de Justiça. Experiente na área de Direito, com ênfase em Direito Constitucional, atuando principalmente nos seguintes temas: <i>Garantias, Direitos, Obrigatoriedade e Estatal</i> . Ex-Coordenador do Comitê Executivo da Saúde do Paraná.
-----------------------------	--

<b>Nome</b>	<b>Lenir Santos</b>
-------------	---------------------

<b>Síntese do Currículo</b>	Advogada; especialista em direito Sanitário, pela USP; doutora em Saúde Pública, pela Unicamp. Autora de diversas obras em Direito da Saúde e palestrante sobre o tema.
-----------------------------	---

<b>Nome</b>	<b>Luciana da Veiga Oliveira</b>
-------------	----------------------------------

<b>Síntese do Currículo</b>	Procuradora do Estado do Paraná, 1999-2000. Juíza Federal, desde 2000. Coordenadora do Comitê Executivo da Saúde do Paraná – Conselho Nacional de Justiça, desde 2013. Vice-Diretora do Foro da Seção Judiciária do Paraná – TRF4 2019/2021
-----------------------------	---

<b>Nome</b>	<b>Renato Luís Dresch</b>
-------------	---------------------------

<b>Síntese do</b>	Desembargador do Tribunal de Justiça de Minas Gerais. Coordenador do
-------------------	--

<b>Currículo</b>	Comitê Executivo Estadual da Saúde de Minas Gerais do Fórum Judiciário Nacional da Saúde do Conselho Nacional de Justiça. Membro do Comitê Executivo Nacional da Saúde do Conselho Nacional de Justiça. Mestre em Direito Público, pela Universidade de Franca-SP. Especialista em Direito Processual Civil, pela Faculdade de Direito de Franca-SP. Especialista em Direito Sanitário, pela Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais (ESP-MG).
<b>Nome</b>	<b>Oswaldo José Barbosa da Silva</b>
<b>Síntese do Currículo</b>	Graduado em Direito, pelo Centro Universitário de Brasília, 1980. Especialista em Direito Sanitário, pela Escola Superior do Ministério Público da União, 2014. Possui mestrado-profissionalizante em Mestrado Profissional em Políticas Públicas em Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz, 2017. Atualmente é subprocurador-geral da República do Ministério Público Federal e associado da Associação Nacional do Ministério Público em Defesa da Saúde. Experiente na área de Direito, com ênfase em Direito Público. Atua principalmente nos seguintes temas: <i>Saúde, Ministério Público Federal, Mediação Sanitária.</i>
<b>Nome</b>	<b>Arthur Pinto Filho</b>
<b>Síntese do Currículo</b>	Promotor de Justiça na área de Saúde Pública no Ministério Público de São Paulo há dez anos, tempo em que participou de inúmeros processos de negociação e processos judiciais, sempre buscando cumprir as normas constitucionais e infraconstitucionais em defesa intransigente do Sistema Único de Saúde (SUS), tal qual formatado no texto de 88. Componente do Fórum Nacional de Saúde, do Conselho Nacional de Justiça. Professor da Escola Nacional do Ministério Público.
<b>Nome</b>	<b>Milene de Carvalho Henrique</b>
<b>Síntese do Currículo</b>	Juíza de Direito; coordenadora do Comitê Executivo para Monitoramento das Ações da Saúde no Estado do Tocantins (CEMAS); pós-graduada em Direito, pela Universidade Federal de Uberlândia, 1996; pós-graduada em Direito Constitucional, 2010, pela Universidade Anhanguera.

6. CRONOGRAMA

--

**FÓRUM JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE – TOCANTINS**

Data	Horário	Conteúdo Programático
6/9/2019 (presencial)	8h30	CREDENCIAMENTO
	9h	<b>SOLENIDADE DE ABERTURA</b>  Desembargador Helvécio de Brito Maia Neto - Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins:  Conselheiro Arnaldo Hossepian - Conselho Nacional de Justiça:  Conselheiro Severiano Costandrade de Aguiar - Presidente do Tribunal de Contas do Estado:  Desembargador João Rigo Guimarães - Corregedor Geral da Justiça  Desembargador Marco Villas Boas - Diretor da Esmat  Procurador José Omar de Almeida Júnior - Procurador Geral da Justiça  Procurador Nivair Vieira Borges - Procurador Geral do Estado  Secretário Luiz Edgar Leão Tonili - Secretaria Estadual da Saúde  Defensor Fábio Monteiro dos Santos - Defensor Público Geral:
	Das 9h15 às 10h	<b>Palestra de Abertura: Os Avanços do Conselho Nacional de Justiça no Tocante à Judicialização da Saúde Pública.</b>  <b>Palestrante: Arnaldo Hossepian</b>
	Das 10h às 10h50	<b>Palestra I: Aplicabilidade das Teses do Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal nas Demandas de Saúde Pública.</b>  <b>Palestrante:</b> Renato Luís Dresch  <b>Coordenadora da Mesa:</b> Maria Roseli de Almeida Pery
	Das 10h50 às 11h40	<b>Palestra II: A Judicialização da Saúde Pública à Luz dos Principais Enunciados da III Jornada do Conselho Nacional de Justiça</b>

10/9/2019

(EaD via internet)

**Palestrante:** João Pedro Gebran Neto

**Coordenadora da Mesa:** Gil de Araújo Corrêa

Das 11h40 às 12h30

**Palestra III: Consequências do Descumprimento das Ordens Judiciais nas Decisões da Saúde Pública**

**Palestrante:** Oswaldo José Barbosa da Silva

**Coordenadora da Mesa:** Carolina Augusta da Rocha Rosado

**Intervalo para Almoço**

Das 14h30 às 15h20

**Painel I: Tipos de Judicialização da Saúde: criminosa, má judicialização e a necessária.**

**Painelista:** Arthur Pinto Filho

**Coordenadora da Mesa:** Marcus Senna Calumby

Das 15h20 às 16h10

**Painel II Conceito de integralidade do Sistema Único de Saúde (SUS) e a Legislação Sanitária.**

**Painelista:** Lenir Santos

**Coordenadora da Mesa:** Herisberto e Silva Furtado Caldas

Das 16h10 às 17h

**Painel III: Impacto Orçamentário das Decisões Judiciais e Ameaça da Sustentabilidade do Sistema Único de Saúde (SUS)**

**Painelista:** Élidea Graziane

**Coordenador da Mesa:** André Luiz de Matos Gonçalves

Das 17h às 18h

**Painel IV: Prática dos Comitês de Saúde e NatJus Estadual.**

**Painelista 1:** Luciana Veiga Oliveira

**Painelista 2:** Milene de Carvalho Henrique

Carga Horária Total

8 horas

## 7. DISPOSIÇÕES FINAIS

7.1 A inscrição do candidato implicará aceitação prévia das normas contidas no presente Edital, no Regimento Interno da Esmat e na Portaria nº 1.965, de 2018, publicada no Diário de Justiça nº 4.348, de 13 de setembro de 2018;

7.2 A desistência do curso, sem causa justificada, deverá ser comunicada à Esmat até o terceiro dia útil que anteceder o início do evento-atividade, pelo e-mail [saesmat@tjto.jus.br](mailto:saesmat@tjto.jus.br);

7.3 A desistência do curso iniciado ou a reprovação sujeitarão o inscrito à perda do direito de participar de ações de capacitação custeadas ou promovidas pela Escola Superior da Magistratura Tocantinense (ESMAT) pelo período de quatro meses, salvo por motivo de licença ou de afastamento previstos em Lei;

7.4 Os casos omissos e dúvidas de interpretação das normas reguladoras do curso, porventura suscitados, deverão ser encaminhados ao Conselho de Cursos da Escola Superior da Magistratura Tocantinense.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargador Marco Anthony Steveson Villas Boas, Diretor da ESMAT**, em 15/08/2019, às 14:52, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2732780** e o código CRC **085B67D7**.